

TEMPO E MEMÓRIA: O QUE NÃO ESTÁ EM JOGO NO CAMPO DO PATRIMÔNIO CULTURAL¹

TIME AND MEMORY: WHAT IS NOT IN STAKE ON THE FIELD OF CULTURAL HERITAGE

Lucas Graeff²

Resumo: Este artigo traz contribuições para o que se convencionou chamar “campo do patrimônio cultural”. Propõe que a *doxa* desse campo se organiza em torno da recursividade do tempo histórico e da naturalização da memória como substrato ontológico das consciências individual e coletiva. Sob esse ponto de vista, tempo e memória se confundem; duração e descontinuidade se tornam sinônimos de lembrança e esquecimento; a seletividade de grupos sociais e instituições se equivale à dos afetos e das ideias do indivíduo; e a domesticação simbólica da experiência, sua identidade e diferenciação, passa a ser garantida por genealogias e arqueologias dependentes de provas materiais de longa duração.

Palavras-chave: Tempo. Memória. Campo do Patrimônio.

Abstract: This paper brings some contributions to what is conventionally called "field of cultural heritage." It proposes that the *doxa* of the field is organized from the historical time's recursiveness and the naturalization of memory as ontological substrate of individual and collective consciousness. From this point of view, time and memory mingle, duration and discontinuity become synonyms for remembering and forgetting; the ability to recall of social groups and institutions is explained by means of affections and ideas of the individual; and the domestication of symbolic experience, their identity and differentiation, its ensured by genealogies and archaeologies depending on long-term material proofs.

Keywords: Time. Memory. Field of Cultural Heritage.

¹ Uma versão preliminar deste texto foi submetida em formato de resumo estendido para o II CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. A presente versão é mais longa e completa, além de corrigir equívocos presentes no manuscrito anterior. Este artigo contou com financiamento do CNPq, cujo número do processo é 475590/2013-9.

² Lucas Graeff é professor do Programa de Pós-Graduação do Centro Universitário La Salle (Unilasalle), Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil. Doutor em Etnologia e Sociologia Comparada pela Universidade de Paris 5 - Sorbonne. Líder do Grupo de Pesquisa Memória, Cultura e Identidade (CNPq). E-mail: lucasgraeff@gmail.com

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é avançar em algumas das reflexões que venho elaborando sobre a temática daquilo que se convencionou chamar “patrimônio cultural”. Em um trabalho anterior, escrito em parceria com o antropólogo Cristian Jobi Salaini (SALAINI E GRAEFF, 2011), foi proposta uma análise do processo de inventariamento de referentes culturais enquanto ato de materialização de práticas sociais ditas “intangíveis” ou “imateriais”. Naquela oportunidade, procuramos demonstrar como, uma vez materializados em forma de documentos, esses referentes passam a integrar uma “teia de objetos”, segundo a expressão de Reginaldo Gonçalves (GONÇALVES, 2007), cujo peso de verdade é frequentemente evocado nas lutas de definição de identidades locais³.

Pelo que foi possível analisar quando do referido artigo, o efeito de verdade ou de prova do patrimônio é um dos vetores do processo de legitimação não apenas de “bens” ou “referentes” culturais, mas da consolidação de relações e práticas identitárias. À imagem da “pedra e cal” do patrimônio edificado (FONSECA, 2003), o patrimônio dito “autêntico” ou “verdadeiro” deveria ser capaz de “evocar no espectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o espectador, o representante” (GREENBLAT apud GONÇALVES, 2005).

Neste texto, discorro sobre algumas das condições epistemológicas, sociais e políticas pelas quais o patrimônio cultural produz não apenas um efeito de prova, mas, sobretudo, de evocação dessas “forças culturais e complexas” que, supostamente, se encontrariam na origem, na tradição ou na história de um conjunto de pessoas que é reconhecido e auto-reconhecido como um grupo. Em outras palavras, o que proponho é retornar ao debate sobre como e porque um dado conjunto de bens simbólicos pode tomar a forma de sistema de referentes ditos “históricos”, “artísticos” ou “culturais” cujo peso de verdade passa a ser evocado e convocado em lutas de definição de identidades de grupos, comunidades e nações.

A minha tese fundamental, aberta para debate, é que os processos de identificação coletiva encorados nesse sistema de referentes só tem sentido quando baseados em concepções de tempo e memória característicos da *épistémé* moderna.

³ A hipótese de que o patrimônio dito “imaterial” só se efetua “materialmente” não é nova. Em seu artigo “Patrimônio imaterial: marcos, referências, políticas públicas e alguns dilemas”, Simone Toji sugere que não há “nada mais ‘material’ do que degustar um pedaço de queijo de Minas Gerais ou de apreciar as cores vivas e sonoras de uma roda de samba do Recôncavo Baiano” (TOJI, 2003, p. 11), por exemplo. O que importou para mim e meu colega em nosso artigo sobre o inventariamento de bens culturais foi o efeito de prova dado pela materialidade do INRC. É nesse ponto que procurarei avançar também aqui.

No que se refere ao tempo, a concepção reinante refere-se àquilo que Françoise Choay denomina “tempo histórico”, isto é, a percepção política através da qual as sociedades ocidentais se imaginam “enriquecida[s] de modo progressivo por dados genealógicos” (CHOAY, 2001, p. 206). Minha hipótese é que tal concepção é recursiva, tendendo a funcionar em operações de sincronismos entre passado, presente e futuro. E, mais fundamentalmente, que a recursividade do “tempo histórico” depende da naturalização da memória como substrato ontológico das consciências individual e coletiva. Sob esse ponto de vista, tempo e memória se confundem; duração e descontinuidade se tornam sinônimos de lembrança e esquecimento; a seletividade de grupos sociais e instituições se equivale a dos afetos e das ideias do indivíduo; e a domesticação simbólica da experiência, sua identidade e diferenciação, passa a ser garantida por genealogias e arqueologias dependentes de provas materiais de longa duração.

Essa tese apoia-se em dois conjuntos de estudos: um primeiro, de ordem sociológica, que indica as relações íntimas entre os usos do patrimônio cultural e a acumulação de capital simbólico. Para esses estudos, eu me servi da maior parte dos trabalhos de Pierre Bourdieu, em particular dos livros “*Les règles de l’art*”, “*Raisons Pratiques*” “*Méditations pascaliennes*”; do livro “*A sociedade do risco*”, de Ulrich Beck; do volume 3 da série “*História da vida privada*”, organizado por Roger Chartier; e da tradução francesa do livro de Abram de Swaan, “*Sous l’aile protectrice de l’État*”.

O segundo conjunto de estudos que serve de apoio a tese aqui apresentada compreende a leitura de um livro que me parece fundamental na história recente da antropologia: “*Time and the Other: How anthropology makes its object*”, de Johannes Fabian. É a partir dessa leitura que comecei a elaborar a hipótese do tempo histórico como abstração hipostasiada que organiza as maneiras de pensar o patrimônio cultural. É também a partir dessa leitura que optei por uma revisão atenciosa do livro de Frances Yates, “*A arte da memória*”, o qual me oportunizou clarificar a naturalização da memória como substrato ontológico das consciências individual e coletiva - uma naturalização processual que fica clara nos escritos da historiadora inglesa e permite, ao meu ver, a espacialização da hipóstase do tempo histórico a partir dos atos de documentação e monumentalização que constituem o princípio e o fim das políticas de patrimonialização⁴. Por fim, li com atenção alguns trabalhos maiores de Paul Ricoeur,

⁴ Estou perfeitamente ciente da problemática que envolve os documentos/monumentos no quadro das distinções e aproximações entre História e Memória (LE GOFF, 1998). Isso não impede de perceber, nas políticas de patrimônio, uma separação entre as ações de documentação e celebração: a primeira correspondendo à pesquisa científica, mais propriamente histórica, arquetônica, antropológica e/ou arqueológica; a segunda, às etapas de institucionalização e promoção de um “bem cultural” definido como tal por um processo administrativo ou legal. É sob esse ponto de vista que distingo a documentação e a monumentalização no campo do patrimônio cultural.

em particular “*Temps et récit*” e “*La mémoire, l’histoire, l’oubli*”, o livro “As palavras e as coisas”, de Michel Foucault, e dois artigos de François Hertog publicados em revistas nacionais, os quais contribuíram para um refinamento da linguagem e dos conceitos operatórios⁵.

Considerados como um conjunto, as leituras realizadas pareceram-me suficientemente sólidas para delinear a tese e alguns de seus efeitos sócio-políticos. Entre eles, pretendo destacar como o tempo histórico hipostasiado e a memória naturalizada tornam possível a constituição daquilo que se convém denominar “campo do patrimônio” (REIS, 1999; CHUVA, 2003; TAMASO, 2008; MENSES, 2009; ROTMAN, 2010; PRADO, 2011). Minha proposta, também aberta para debate, é que as referidas concepções de tempo e memória configuram o bojo da *doxa* do campo do patrimônio. Por *doxa*, uma ou mais crenças fundamentais e compartilhadas por um determinado grupo humano a respeito de um determinado problema ou objeto de ordem cognitiva. Tal ou tais crenças, como propõe Pierre Bourdieu, não precisam se afirmar como “conscientes de si mesmas”; afinal, “a experiência *dóxica* do mundo social exclui por definição as condições particulares que tornam possível essa experiência (BOURDIEU, 2000, p. 234). É a partir da *doxa* que se estabelece a *illusio*, ou seja, a crença de que o jogo vale a pena ser jogado, bem como a legitimidade e o valor do que está em jogo (*l’enjeu*), ainda que mal ou pouco conhecido por aqueles que jogam o jogo, posto que incorporado e exercitado prática e tacitamente (BOURDIEU, 1993, 1994, 1997 e 2000).

Entre as conseqüências destacáveis dessa proposta, sublinho a seguinte: se um dado conjunto ou sistema de referentes “culturais” tem peso de verdade no campo do patrimônio, os elementos de prova dependem, antes de tudo, do acordo tácito de todos os envolvidos em torno daquilo que denomino “hipóstase temporal-memorial moderna”. É somente a partir daí que os agentes envolvidos nas disputas de classificação ou de comprovação recorrem a elementos secundários como critérios de validação de fontes, métodos heurísticos ou legislação específica. Em suma o efeito de prova do patrimônio, seu valor simbólico passível de acumulação, depende do engajamento de agentes que discordam a respeito do que é preciso ser lembrado e esquecido - ou, ainda, sobre conteúdos e significações como “antigo” e “moderno”; “imaterial” e “material”; ou “patrimônio artístico” e “patrimônio histórico”, mas que concordam no que se refere ao valor da preservação/acumulação do passado para um conhecimento de si, dos outros e do mundo. Para esses agentes, colocar em questão o

⁵ Mantenho os títulos em idioma estrangeiro quando os livros foram estudados em suas versões originais. O objetivo é situar o leitor quanto à apropriação dos conceitos a partir de uma leitura mediada por uma tradução profissional ou por outra, não profissional e realizada por mim. Em alguns casos, os conceitos foram mantidos em idioma estrangeiro pela dificuldade que encontrei em traduzi-los apropriadamente no que se refere ao conteúdo e forma da ideia que me pareceram pertinentes para a presente discussão.

valor do tempo histórico e da memória equivaleria a fazer ruir não apenas os “patrimônios” pelos quais eles lutam, mas o próprio interesse pelo jogo.

Para os fins de exposição, começo tratando de questões epistemológicas. Em seguida, abordo propriamente alguns elementos estruturantes do campo do patrimônio, em particular sua *doxa*, sua *illusio* e seu *enjeu*. Há, com efeito, uma anterioridade lógica entre a tese deste artigo e suas consequências na constituição do campo e nos efeitos de prova do patrimônio. Em linhas simples, se o efeito de prova ao qual me refiro depende das relações de força que constituem e dinamizam esse “campo”, os próprios agentes não teriam pelo que lutar não fosse a hipóstase temporal-memorial. Por outro lado, a operação epistemológica não garante, por si só, a constituição de um campo. É correlacionando *doxa*, *illusio* e *enjeu* que se pode avançar na compreensão da gênese histórica do campo do patrimônio e dos efeitos de prova que dele decorrem.

A NATURALIZAÇÃO DA MEMÓRIA E A HIPÓSTASE DO TEMPO

HISTÓRICO

Hipóstase é um termo corrente em filosofia. Refere-se à substâncias primeiras, elementares ou transcendentais. Ao falar de tempo histórico como abstração hipostasiada, quero indicar simultaneamente uma certa herança idealista - o tempo como categoria transcendental - quanto a sua substancialização em termos de acúmulo progressivo de dados genealógicos⁶. Quero indicar, ainda, que se trata de uma ficção realizada e compartilhada em um dado contexto social - no caso presente e segundo Françoise Choay (2001) e François Hartog (2006), o das sociedades modernas ocidentais. Por fim, tentarei apontar que a referida substancialização encontra sua forma mais acabada na noção de memória e nas tensões entre binômios como lembrança-esquecimento e continuidade-descontinuidade.

É através dessa perspectiva que inscrevo a referida hipóstase na *épistémè* moderna. Percebida como substância preche de dados genealógicos, a memória torna-se a extensão - *res extensa* - do tempo histórico. Juntos e hipostasiados, tempo e memória sustentam um “regime de historicidade”, como escreve François Hartog

⁶ Na introdução de seu ensaio “Sobre o tempo”, Norbert Elias (1998) sumariza as duas posições mais corriqueiras do tratamento do tempo pela filosofia ocidental. Uma primeira, de caráter realista, naturaliza o tempo como dado objetivo, natural ou divino; a segunda, idealista, define o tempo como síntese do espírito humano. Em ambos os casos, porém, supõe-se que o tempo é algo que independe das relações dos homens entre si e deles com a natureza. Ao contrário de uma abordagem construtivista, que pressupõe que as categorias de entendimento são frutos de processos relacionais - e, portanto sociais -, o realismo e o idealismo supõem um sujeito de conhecimento independente dos processos que lhe são “exteriores”, em particular no que se refere ao tempo e ao espaço.

(2006), pelo qual os “modernos” assumem e imaginam o passado como fonte de inteligibilidade do presente e de projeção de futuros desejáveis ou utópicos.

Não é meu objetivo detalhar o processo que faz da hipóstase do tempo histórico um elemento da *épistémè* moderna. Mesmo porque isso já foi realizado por outros autores, cada qual à sua maneira (BAUMAN, 2012; CHOAY, 2001; DOSSE, 1998; ELIAS, 1998; FOUCAULT, 2000; HARTOG, 2006; POMIAN, 1998). O que eu gostaria de sugerir é como foi necessário naturalizar a memória como substrato ontológico das consciências individual e coletiva para que a hipóstase do tempo histórico não apenas ganhasse sentido, mas que se realizasse no espaço. Ao falar de um “regime de historicidade”, o que se insinua “não é uma entidade metafísica, descida do céu, mas um quadro de pensamento de longa duração, uma respiração, uma rítmica, uma ordem do tempo que permite e que proíbe pensar certas coisas” (HARTOG, 1996:132). Para que esse quadro se instaurasse, foi - e ainda é - necessária uma verdadeira materialização do tempo em termos de “memória”, quer seja na imagem de um arquivo biológico (o cérebro), na prática de inscrições e figurações (documentos, diagramas, desenho, notas de campo, etc.) ou na forma de construções (monumentos, memoriais, museus, etc.).

A naturalização da memória aparece claramente em estudos neurobiológicos (BADDELEY, 1999; IZQUIERDO, 2006 e 2011; MCGAUGH, 2002; TOMAZ, 1993; TOMAZ E COSTA, 2001; TULVING, 1987), históricos (CHARTIER, 2002; LE GOFF, 1988; NORA, 1993, YATES, 2007) e filosóficos (BAUMAN, 2012; RICOEUR, 1983; RICOEUR, 2000). No que se refere à neurobiologia, considero instrutiva a primeira página da introdução do livro de Iván Izquierdo, “Memória”. Ali, o autor escreve: “O passado, nossas memórias, nossos esquecimentos voluntários, não só dizem quem somos, como também nos permitem projetar o futuro; isto é, dizem que poderemos ser.” (IZQUIERDO, 2011, p.11). Carlos Tomaz (1993) reitera esse ponto de vista, propondo a memória como “a capacidade de o indivíduo se situar no presente, levando em consideração o passado e o futuro” (TOMAZ, 1993, p. 49). A memória que se apresenta como “mestra da vida”, parafraseando François Hertog; ela “fornece a base para todos os nossos conhecimentos, habilidades, sonhos, planos e anseios” (TOMAZ, 1993, p.49).

Mestra da vida, a memória neurobiológica é um “estoque”, um “registro permanente” das percepções (BADDELEY, 1999). Mas trata-se, ainda, de um repositório genético. Os neurobiologistas falam de memória ontogenética, que se refere às experiências e ao vivido de cada indivíduo, e a filogenética, referente àquilo que cada espécie carrega em seu patrimônio de genes. Ou seja: para além de uma “memória explícita” ou “declarativa” (TOMAZ E COSTA, 2001), cada indivíduo humano dispõe de uma memória implícita, de longo prazo, que se configura na forma de habilidades,

hábitos, morfologias e fisiologias. São essas que identificam os seres humanos entre si, enquanto que aquelas, explícitas, lhes confere singularidade⁷.

Por outro lado, a memória não se encerra na função de estoque e registro. Ou, pelo menos, ela se diferencia de outros processos cerebrais na medida em que aquilo que ela armazena - dados filogenéticos e ontogenéticos - pode ser descartado. Como reforça Izquierdo,

Alguém poderia acrescentar: '...e também somos o que resolvemos esquecer'. Sem dúvida; mas não há como negar que isso já constitui um processo ativo, uma prática da memória: nosso cérebro 'lembra' quais são as memórias que não quer trazer à tona, e evita recordá-las (...). (IZQUIERDO, 2011:11)

Mais ainda: se o cérebro “lembra” o que se quer trazer à tona ou não, isso se dá pelas relações íntimas entre aprendizado, emoções, memória e sofrimento psíquico. César Ades, na introdução de um número temático da Revista de Psicologia da USP dedicado à memória, menciona como essa é uma “intrusão do passado” que permite devaneios, tomadas de decisão, ações, hábitos, etc. (ADES, 1993). Ora, tal intrusão supõe a representação de episódios vividos individualmente, que podem ser experimentados como dolorosos ou prazerosos, por exemplo, e comportamentos instantâneos, habituais ou compulsivos. A intrusão do passado supõe, ainda, a existência de eventos passados e heranças inscritas organicamente no corpo. Ou seja: aquilo que a memória torna possível - lembrar e esquecer habilidades, hábitos, imagens, representações etc. - é a presunção de sua materialidade orgânica, a qual servirá de objeto para as pesquisas na área neurobiológica⁸.

A inscrição material daquilo que pode ser lembrado e esquecido e a função da memória como mestra da vida não é uma exclusividade dos neurobiologistas. Como é de conhecimento geral, o filósofo Paul Ricoeur dedicou um livro de quase setecentas páginas sobre o assunto (RICOEUR, 2000). Nele, o autor busca avançar em algumas de suas preocupações teóricas a respeito das relações entre tempo, narrativa e

⁷ A esse respeito, é interessante notar a distinção feita pela neurobiologia, e bem definida por Tomaz e Costa (2001), entre as memórias episódica e semântica. A primeira refere-se às experiências vividas e armazenadas como fatos ou episódios da vida de um determinado indivíduo; a segunda, ao patrimônio linguístico de um dado grupo cultural - herdado, portanto, através do processo de desenvolvimento ontogenético, que no caso dos seres humanos implica em relações de interdependência com outros seres humanos.

⁸ Bem entendido, essa presunção ou premissa é a *doxa* dos neurocientistas. Uma crença própria ao positivismo lógico que garante a eficácia de suas práticas e a vulgarização de suas ideias. Não é à toa que, em um artigo paradigmático publicado na revista Nature, James McGaugh apresente o “século de consolidação” dos estudos sobre a consolidação da memória a partir das descobertas restritas às descrições morfológicas e aos efeitos de manipulação bioquímica (MCGAUGH, 2000). Posto que a memória está materialmente localizada no cérebro (ainda que organicamente relacionada ao desenvolvimento filogenético e ontogenético), onde mais buscá-la como objeto científico senão em descrições da forma e estrutura do cérebro ou em manipulações laboratoriais de hormonais e neuronais?

identidade, bem como em dar conta de uma política da “justa memória”, pela qual não ocorram excessos de lembrança e de esquecimento. Em seu percurso, Ricoeur realiza uma exegese de textos fundamentais sobre a memória; entende, como os clássicos gregos, que a memória “é do passado”. Ele demonstra, sobretudo, as relações entre os abusos de memória, as ideologias e a “subjetividade egológica”, que tornou possível a questão “quem se lembra?” (RICOEUR, 2000). Segundo o autor, foi necessário interiorizar a memória como fonte de identidade para que as próprias memória e identidade se adjetivassem como “coletivas”, incorrendo na dicotomia indivíduo-sociedade.

Os extraordinários trabalhos de Charles Taylor (1997), Norbert Elias (1998), Michel Foucault (2000) e Zigmunt Bauman (2012) confirmam o ponto de vista de Paul Ricoeur a respeito das relações entre o desenvolvimento e afirmação da subjetividade como fonte do eu – e, muitas vezes, do mundo – e as ciências humanas e sociais. No caso específico de Bauman (2012), a afirmação dessa subjetividade dialoga com o paradoxo, típico da modernidade, entre ordem e liberdade. Como escreve o autor,

‘Ordem’ é o oposto da aleatoriedade, significa o estreitamento do leque de possibilidades. Uma sequência temporal será 'ordenada', e não aleatória, à medida que nem tudo possa acontecer, ou pelo menos que nem tudo tenha a mesma possibilidade de acontecer. ‘Construir a ordem’ significa, em outras palavras, manipular as probabilidades dos eventos [...]. Essa tarefa envolve dois requisitos: primeiro, deve-se projetar uma distribuição ótima das probabilidades; segunda, deve-se garantir a obediência às preferências projetadas. O primeiro requisito pressupõe a liberdade de escolha; o segundo significa sua limitação, ou mesmo sua eliminação total. (BAUMAN, 2012, p. 14)

A gênese das Ciências Humanas e Sociais, tal como a conhecemos hoje, explica-se fundamentalmente por esse paradoxo entre ordem e liberdade. Afinal de contas, como indicam os autores supracitados, a tarefa dessas novas “ciências do Homem” consiste em equacionar e delimitar escolhas políticas que tornam possível a reprodução social de formações coletivas novas, como os estados-nação e as suas identidades étnicas ou culturais. Como pano de fundo, passa-se a pensar grupos humanos em termos de “sociedades”, isto é, entes coletivos dotados de habilidades semelhantes a de um ser humano individual, como armazenar informações e aprendizados, orientar-se por valores e interesses, bloquear e silenciar “intrusões do passado” consideradas perigosas, transmitir informações filogenéticas (linguagem, padrões de comportamento, morfologias e fisiologias) etc.

Ora, é a partir desse mesmo movimento que a memória como substrato material de identidades coletivas ganha a forma⁹. À guisa de exemplo, em seu artigo seminal “Memória, esquecimento, silêncio”, o historiador Michael Pollack (1989) destaca as dificuldades de composição de memórias individuais e coletivas a partir de lembranças, esquecimentos e silêncios, particularmente quando se trata de elaborar rupturas e traumatismos. Na mesma linha de raciocínio, Pierre Nora entende que a memória é um estoque material de onde é possível resgatar a penas conjuntos parciais de lembranças:

O que nós chamamos de memória, é de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de lembrar. (NORA, 1983, p. 15)

Não é à toa, portanto, que o regime contemporâneo de historicidade se organize segundo as tensões entre lembrança e esquecimento. Mais importante ainda: a fim de se afirmar como ciência consciente de si, a História assumiu a temática da memória como problema metanarrativo, isto é, que mobiliza a crítica e o fazer historiográfico.

Novamente, não é o caso de se alongar nesse ponto de vista, já muito bem tratado por historiadores profissionais em livros e artigos (LE GOFF, 1988; NORA, 1993; THOMSON, 1997; TOLEDO, 2004; HARTOG, 2006; CARLAN, 2008; entre outros). Pensando apenas em proposições como “a memória é sempre suspeita para a história” (NORA, 1983, p. 9), “[a memória coletiva é] o que fica do passado no vivido dos grupos ou o que os grupos fazem do passado” (LE GOFF, 1988, p.472), “Memória e História são formas distintas de representação do passado, sem que se possa considerar uma superior à outra. A distinção está no fato da História operar com procedimentos científicos, um método (...)” (MOTTA, 2013, p. 62), ou, ainda, “A História (historiografia) sofre mais do que nunca pressões pelas bordas, advindas das várias memórias coletivas” (BARROS, 2009, p.57), percebe-se o quanto a memória precisou ser domesticada cientificamente como fonte de pesquisa para, em seguida, ser

⁹ Em Paul Ricoeur (2000), o suporte das lembranças ou o “passado” não é tratado através de metáforas materiais, como arquivo ou acervo, mas em termos de “interioridade” e “conhecimento íntimo”. Como suporte de lembranças, a narrativa responde a motivações que podem ser consideradas voluntárias ou involuntárias, conscientes ou inconscientes, mas que, em todos os casos, provem de suportes humanos: estruturas neurológicas (hipocampo, amígdala, córtex pré-frontal etc.); em processos fisiológicos (atividades sinápticas desencadeadas por neurotransmissores específicos); ou, como é caso das reflexões de Paul Ricoeur, em substratos que podemos denominar “simbólico-materiais”, como tradições orais, monumentos, documentos, formas de organização sociais e do espaço, impressões, traços, rastros etc.).

incorporada como elemento polêmico de uma historiografia consciente de suas derivas políticas e ideológicas¹⁰.

Domesticada a memória – isto é, tratada como um arcabouço ilimitado de fontes reais e imaginárias (referem-se não apenas ao que foi, mas ao que poderia ter sido e ao que poderá vir a ser) que permitem ao historiador o exercício de seu trabalho –, a principal questão epistêmica que se coloca é a da continuidade-descontinuidade entre passado, presente e futuro. Ora, como aponta Paul Ricoeur (2000), é sob a ótica desse problema que o termo “identidade” torna-se chave tanto no regime de historicidade moderno. A memória-arcabouço é um recurso incontornável quando se pretende afirmar a manutenção de um ente ou de um ego na sucessão de eventos e ritmos irreversíveis. Afinal, como é possível afirmar-se o mesmo, quer seja idêntico ou indiviso, ao longo das sucessões, ciclos e descontinuidades, senão recorrendo à evocação de registros acumulados em um suporte material (aparato biológico, arquivo, monumento, etc.) ou, então, a reconstruções discursivas¹¹?

Em Izquierdo (2011), por exemplo, lemos que “o passado contém o acervo de dados [permite] atravessar o efêmero que vivemos” (IZQUIERDO, 2011, p. 11-12). Tal “acervo de nossas memórias faz com que cada um de nós seja o que é. [...], que determina aquilo que se denomina personalidade ou forma de ser” (IZQUIERDO, 2011, p. 11-12). Em Michael Pollack e Roger Chartier, cujos trabalhos contribuíram para colocar o conceito halbwachsiano de “memória coletiva” e o durkheiminiano-maussiano de “representação coletiva” na primeira linha dos estudos históricos contemporâneos, a identidade é o princípio e o fim das disputas em torno da lembranças e esquecimentos legítimos.

Em resumo: enquanto conjunto de elementos do passado, a memória é pensada como fonte de identidades individuais e coletivas, inscrevendo-se em substratos específicos (estruturas neurológicas, processos subjetivos e elementos simbólico-materiais). Ao afirmar que ela foi naturalizada, dou a entender que a

¹⁰ Uma “tomada de consciência” semelhante se deu na etnografia a partir das transformações políticas ocasionadas pela desintegração e redistribuição do poder colonial pós-1950 (CLIFFORD, 1998). No caso específico, coube ao próprio antropólogo, em seu diário de campo, constituir suas memórias relativas à experiência etnográfica, rompendo com a divisão, até então consagrada, entre o que descreve as culturas (etnógrafo) e o que dispõe de teorias gerais sobre elas e, por extensão, sobre o gênero humano (etnólogo). O ponto fundamental dessa “tomada de consciência” é a profissionalização, que demanda a uma única pessoa a dupla tarefa de descrever e interpretar/explicar. Por outro lado, a *doxa* da antropologia continua fundada na crença de que é possível compartilhar uma experiência de duração comum com o Outro para melhor entendê-lo enquanto parceiro humano. Uma relação de saber que não consegue exorcizar as de poder, que lhe são constituintes (FABIAN, 2002).

¹¹ É como reconstrução discursiva que inscrevo a proposição de Paul Ricoeur de que é através da narrativa que os seres humanos consolidam sua condição de seres históricos (RICOEUR, 1983 e 2000). Trata-se de uma “pragmática da memória”, como escreveu Roger Chartier (2002), através da qual o retorno da lembrança ou o surgimento do passado se articulam com um verdadeiro trabalho de memória.

memória é menos um problema *per se* do que uma constelação de problemas que se organizam em torno dela. Por exemplo, os que envolvem retenção, consolidação e extinção de “memórias” (IZQUIERDO, 2002; MCGAUGH, 2002); os que se referem à distinção entre história e memória (LE GOFF, 1988; NORA, 1993; RICOEUR, 2000) ou às relações entre as artes da memória e cultura ocidental (YATES, 2007); ou, ainda, os que abordam as identidades cidadinas a partir de itinerários urbanos e de trabalhos de memória (ECKERT E ROCHA, 1998 e 2010).

A partir deste ponto, cabe retornar ao tempo histórico, a outra dimensão da *épistémé* moderna que me parece fundamental para compreender o efeito de prova dos patrimônios culturais. À imagem da memória, o tempo histórico configura-se como uma constelação de problemas suficientemente discutidos por cientistas sociais, psicólogos e humanistas. Diferentemente da memória, porém, não é um tema que interessa sobremaneira os neurocientistas. Ou, para ser preciso, as neurociências focam questões como a sucessão e a duração de eventos e, em alguns casos da perspectiva temporal, que consiste nas maneiras pelas quais um dado indivíduo percebe diferentemente o passado, o presente e o futuro - mas não como substância preta de dados genealógicos que servem ora para iluminar o presente e gestar futuros possíveis, ora para enquadrar o passado como algo a ser preservado.

Se para as neurociências o tempo envolve questões de sucessão e duração – o tempo é, nesse caso, ora uma síntese, ora um dado exterior –, o que se tem não é uma substância, mas um quadro referencial no qual se inscrevem eventos e ritmos. Em outras palavras, uma cronologia (ABREU, 2007). No caso dos estudos históricos e sociais, por outro lado, o tempo é mais denso: trata-se, antes de tudo, de uma construção que garante a inteligibilidade do passado (CERTEAU, 1975); que torna possível o “reencontro com a morte” (FARGE, 1989, p.15).

Parafraseando Carlo Ginzburg (2001), pode-se dizer que o tempo histórico é, conforme o caso, *res gestae* e *rerum gestae*. Ou seja: condição de reencontro com experiências vividas no passado e gestão de coisas do passado. Ora, é pensado como ação (reencontro, gestão) e não como quadro cronológico, o tempo histórico se permite operar sincronismos entre passado, presente e futuro. Se, como aponta Paul Ricoeur (2006), a distância do passado em relação ao presente compreende o enigma daquilo que se faz presente como algo que não é mais, o passado é ausência, incumbido aos historiadores - e, eventualmente, aos leigos - o trabalho de rerepresentá-lo como algo que está distante, mas no presente. Mas o passado também é gestado e gerenciado; também é uma operação heurística não assentada no presente e voltada para um futuro onde novas gerações são imaginadas como herdeiras legítimas das riquezas humanas e paisagens naturais em seu esplendor.

Aos historiadores e aos leigos de hoje, cabe a gestão dessas coisas ausentes e a gestação de pretéritos futuros. À imagem da retórica da perda descrita por Reginaldo Gonçalves nos discursos sobre o patrimônio cultural no Brasil, trata-se de uma operação heurística onde a ausência ou a perda “não é algo exterior, mas parte das próprias estratégias discursivas de apropriação de uma cultura nacional” (GONÇALVES, 2002, p. 88). Sob esse ponto de vista, o sincronismo operado pelo tempo histórico se afirma como valor e acaba por se desdobrar em problemas de ordem heurística, metodológica e/ou instrumental, como indica um artigo recente e instigante de Peter Burke (2010)

Por outro lado, o sincronismo necessário do tempo histórico permite algo que me parece fundamental para os fins desta discussão: a acumulação de experiências que, iluminadas pelo “passado”, projetam-se e duram no futuro. Ou seja: experiências que são imaginadas como pretérito do futuro, como lastro do presente e, eventualmente, como compondo cadeias de causas e efeitos que determinam riscos e possibilidades, utopias e heterotopias. É assim que o sincronismo operado pelo tempo histórico garante às tradições, aos monumentos, aos traços e aos rastros sentidos e valores passíveis de acumulação; sentidos e valores que, sistematizados na forma de “patrimônio”, agenciam identidades e durações de indivíduos, grupos e coletividades¹².

A DOXA, A ILLUSIO E O ENJEU DO CAMPO PATRIMONIAL

O leitor atento já deve ter antecipado a passagem da operação epistemológica para a descrição operativa daquilo que se convencionou chamar “campo do patrimônio”. Se minha argumentação está correta até aqui, a hipóstase temporal-memorial é, de fato, um elemento fundamental da *épistemè* moderna. A tal ponto que é possível afirmar, como o faz François Hertog (2006), que o tempo é o impensado dos historiadores. No caso do campo do patrimônio, esse impensado contribui a congregar agentes envolvidos em disputas de classificação ou de comprovação da “antiguidade” de um dado referente ou bem cultural. Ao mesmo tempo, a naturalização da memória se apresenta como ponto pacífico a partir do qual são elaborados as impressões ou critérios de “autenticidade” e “exemplaridade”, visto que lembranças e esquecimentos

¹² Em um artigo vindouro, pretendo explorar a hipótese formulada por Bruno Latour (2006) a respeito da capitalização das “inscrições” (diagramas, documentos, listas, fórmulas, monumentos etc.) em termos de “móveis imóveis”. Em princípio, afilio-me à ideia de que é a capacidade de sistematização visual do mundo que permite a “passagem progressiva do fato ao artefato” no caso das ciências modernas. Filio-me, igualmente, à hipótese de que as inscrições permitem explicar os progressos técnico-científicos quando compreendidas como elementos de prova disponíveis em uma dada comunidade científica.

se apresentam como um arcabouço ilimitado - ainda que problemático - desde o qual constroem-se relações de continuidade e descontinuidade entre passado, presente e futuro.

Mas o que é o “campo do patrimônio”? Como ele surge e se consolida? Quem são os agentes que o compõem? Todo cientista social que se debruce sobre o tema e que assuma o conceito de “campo” precisa responder a essas questões. Até onde sei, o trabalho que melhor realiza essa tarefa no contexto brasileiro é o de Maria Cecília Londres Fonseca, intitulado “O patrimônio em processo” (FONSECA, 1997). Mesmo que a autora não reivindique o conceito bourdiano de campo como central em suas análises, trata-se de um excelente esforço de mapeamento da gênese do campo do patrimônio no País. Há marcos legais fundamentais e indicação de agentes eficazes cujas ações foram estruturantes para a imposição de um verdadeiro mercado de bens simbólicos pautado pelo colecionamento e circulação de “referentes culturais” ou “patrimônios”.

Para os fins deste artigo, detenho-me sobre aquilo que me parecem ser a *doxa*, a *illusio* e o *enjeu* do campo patrimonial, pois acredito se tratarem de elementos que ainda não foram bem definidos e que requerem maior atenção. Afinal, como se sabe a partir dos trabalhos de Pierre Bourdieu, em particular os que se referem à gênese e dinâmica de campos específicos como o da literatura ou do mercado imobiliário na França (BOURDIEU, 1993 e 2000), a autonomia de um campo social depende fundamentalmente da *illusio* e do *enjeu*. O *enjeu* é, literalmente, o que está “em jogo” em um determinado campo: no caso do campo literário, o prestígio; no do mercado imobiliário, a acumulação de capital econômico em forma de bens imobiliários. Já a *illusio* é a crença no valor do jogo ou do campo. Desiludir-se, nesse caso, é sinônimo de desinvestimento e abandono: se um determinado escritor passa a acreditar que a literatura é apenas um meio para atingir outros fins - como o prestígio ou a riqueza -, ele tende a se abster de lutar por aquilo que está em jogo ou, o que dá no mesmo, a ser excluído do jogo por aqueles que ainda crêem no valor intrínseco do que fazem.

Como já mencionei antes, a *doxa* do campo do patrimônio baseia-se na hipóstase temporal-memorial, traduzindo-se na crença no potencial cumulativo ou extensivo da memória e no tempo histórico como condição de inteligibilidade genealógica de uma data formação social, grupo ou sociedade. Se essa proposição está correta, desacreditar na naturalização da memória e/ou no tempo histórico é retirar o crédito do que está em jogo quando se trata de acumular os sentidos das tradições, monumentos, impressões, traços e rastros que agenciam a consciência de indivíduos e coletividades. Ou, sendo mais preciso, é recusar a participação direta nas lutas por e em torno desses sentidos.

Uma vez estabelecido a *doxa* do campo do patrimônio, torna-se mais fácil perceber aquilo que está em jogo (*enjeu*) e que, por extensão, garante o efeito de prova dos patrimônios culturais quando se trata de consolidar de relações e práticas identitárias. Em primeiro lugar, gostaria de sugerir que o *enjeu* do campo patrimonial é um caso particular de capital simbólico - ou seja, a acumulação de recursos que favorecem a imposição da visão de mundo de uns sobre as de outros independentemente do uso da força física. A esse respeito, parece-me de conhecimento geral que as sociedades ocidentais modernas se organizam fundamentalmente a partir desse tipo de recursos - ao menos de um ponto de vista político. Meu objetivo não é me alongar sobre como e por que o capital simbólico tornou-se uma forma privilegiada de acumulação de poder nas sociedades democráticas. Em termos gerais, isso resulta de transformações históricas nas sociedades industriais que, ao dissolver as formas de organização baseadas na terra e no sangue que enquadravam os indivíduos em “solidariedades coletivas, feudais e comunitárias” (ARIÈS, 1991, p. 7), abriram possibilidades para outras, pautadas por relações mistas de trabalho e produção. Acompanhadas por novos esquemas de estratificação e estruturação social, essas formas - que podem ser denominadas “modernas” - se desdobraram em burocratização e coletivização do Estado (SWANN, 1995). Nesse quadro, os sistemas políticos foram ampliados de modo a abarcar condições que lhes eram exteriores, como as que provinham da economia e das ciências (BECK, 2011). Para além da democratização, o desenvolvimento do aparato estatal criou sistemas de interdependências que oportunizaram não apenas o sentimento de “vida privada” (ARIÈS, 1991), mas a autonomização de subsistemas de decisão política - ou “campos” (BOURDIEU, 1993).

Considerando o peso que os patrimônios culturais adquiriram ao longo do Século XX, em particular no que se refere à “epitomização de identidades coletivas” (HANDLER, 1985) ou, ainda, pensando na importância que esse tipo de patrimônio detém do ponto de vista da UNESCO em sua missão pacificadora e civilizatória (PITOMBO, 2007), não se deve estranhar sua contribuição para a acumulação ou ostentação de capital simbólico por parte dos diferentes agentes que participam do campo do patrimônio. A preservação de bens culturais se constitui em um campo autônomo em relação a outros já estabelecidos - religioso, político, econômico, artístico e científico - e desemboca em formas novas de apropriação e usos do passado na constituição identidades e projetos coletivos. É nesse diapasão que a preservação e transmissão de patrimônios culturais se apresentará como um capital simbólico - isto é, como um poder passível de acumulação por determinados agentes, quer sejam indivíduos ou coletividades.

Mas sublinhar a luta pelo capital simbólico que implica os patrimônios culturais não é uma ideia original. Autores como Manuela Reis (1999), Márcia Chuva (2003), Isabela Tamasso (2008), Ulpiano Bezerra de Meneses (2009), Mônica Rotman (2010) e Marla do Prado (2011) já escreveram sobre esse aspecto fundante e notável dos patrimônios culturais. O que me parece novo ou original é a especificidade do capital simbólico que se acumula a partir dos patrimônios culturais. Os chamados “referentes culturais” ou “bens patrimoniais” carregam-se do encanto de um tempo e de uma memória e, por metonímia, atestam a antiguidade, a raridade e a exemplaridade daquele e daqueles que os possuem. Em outras palavras, quando um dado conjunto de bens e de práticas sociais são reconhecidos como patrimônio cultural, isso produz uma economia do tempo de incorporação do poder simbólico¹³. Portanto, o que está em jogo no campo do patrimônio é a aura de correspondências e ressonâncias que permitem não apenas evocar forças culturais complexas e dinâmicas nos espectadores, mas atestar a incorporação dessas forças por parte daquele que possui, preserva e transmite “seu” patrimônio.

A especificidade do capital simbólico característica do campo do patrimônio é, por fim, um indicador de sua íntima relação com outros campos, sejam eles o político, o econômico, o científico e o artístico. No caso do campo político, o que interessa é o monopólio da força física e simbólica: enquanto instituição coletiva, o Estado luta pela garantia desse monopólio através de um corpo militar e técnico organizados em termos de uma burocracia de Estado. Em relação ao campo do patrimônio, isso significa dizer que o Estado age no sentido de padronizar e definir as regras do jogo – leis, procedimentos administrativos, sistema de punições, etc. Portanto, os efeitos simbólicos do patrimônio dependem diretamente dos agentes políticos que disputam as condições de institucionalização de processos de reconhecimento de bens culturais.

Em relação ao campo econômico, as lutas se dão, bem entendido, em torno da acumulação ou manutenção de capital econômico. Mas não apenas isso: simbolicamente, ocorrem disputas em prol de uma visão de Homem racional, egoísta e interessado, cujos obstáculos ao atingimento do Bem-Comum são apenas aqueles colocados pela própria burocracia de Estado. Inscrito nesse universo, o campo do patrimônio dialoga não apenas com regras do jogo elaboradas pelo Estado, mas por

¹³ Como se sabe, essa economia do tempo na aquisição de capital simbólico através de uma instituição cultural – o patrimônio – se dá através das operações de objetivação e institucionalização características do capital cultural (BOURDIEU, 1979). O patrimônio atesta a antiguidade ou representatividade de um traço ou caractere cultural coletivo quando ele se apresenta materialmente e é reconhecido como tal. A incorporação pelo grupo se dá por um trabalho de inculcação, cuja forma pedagógica específica é a educação patrimonial ou a educação para o patrimônio. Mais geralmente, essa inculcação pode ser dar através de outros processos e cadeias de interdependências (visitas guiadas ou fortuitas a centros históricos; manuais informativos; passeios e conversas com a família e amigos etc.).

outras definidas a partir de uma lógica de mercado. Isso explica porque é necessário atribuir uma função econômica aos patrimônios culturais em momentos de negociação e conflito junto a agentes políticos e econômicos.

Quanto ao campo artístico, é a função estética atribuída aos patrimônios culturais que importa ressaltar. Como demonstrou Pierre Bourdieu (1992), o campo artístico se institui através da “arte pela arte”. Como valor em si mesmo, a estética contribui para o efeito de aura dos referentes culturais que, sacralizados pelas instâncias consagradoras, passam a dispor de uma margem de autonomia em relação a interesses econômicos, políticos ou mesmo científicos.

O campo científico é outro campo que dialoga e contribui para a estruturação do campo patrimonial e de seu capital simbólico específico. O *illusio* do cientista é a crença segundo a qual a Ciência interroga, questiona, desconstrói e reconstrói não para ganhar poder, dinheiro ou prestígio, mas para produzir verdades e saberes cujo valor encerra-se em si mesmo. No que se refere ao campo do patrimônio, essa busca pela verdade intrínseca ao “testemunho” histórico e/ou cultural da obra organiza um regime de valorização que, junto ao olhar esteta (campo artístico), permite aos referentes culturais de se demarcar ainda mais dos campos políticos e econômicos e, por consequência, ampliar seu limite dos possíveis. Em outras palavras, o cientista e artista tendem a valorizar um “patrimônio” ou “obra” em razão do poder ou da riqueza econômica que ele oferece ao Estado, mas a partir de critérios específicos como a autenticidade, a exemplaridade ou a antiguidade.

Conjugando as características dos campos supracitados, o campo do patrimônio se institui como eminentemente interdisciplinar. Atestam isso tanto a entrada de novos agentes em instituições e setores de patrimônio outrora dominados por arquitetos, historiadores ou mesmo funcionários leigos alocados de outras instituições e setores do Estado, bem como os cursos de formação superior e de pós-graduação que foram criados dos anos 1990 para cá no Brasil. No caso dos novos agentes, a sugestiva compreensão de Ulpiano Bezerra de Meneses sobre os riscos de uma polaridade entre valor técnico e valor social é indicativa dos efeitos das visitas e práticas turísticas no campo do patrimônio (MENESES, 2009). Nesse caso, temos as figuras do “usuário” e do “fruidor” como sujeitos difusos que começam a agir no campo do patrimônio na medida em que justificam interesses geralmente classificados como econômicos e políticos. A frequência dos “públicos”, isto é, do conjunto de usuários e fruidores, justifica a continuidade de programas e ações culturais e se apresenta como argumento na negociação por maiores ou menores investimentos junto ao Estado e à iniciativa privada (DURAND, 2001).

Todo campo em vias de formação é composto por agentes não especialistas ou especializados em outras áreas que, gradualmente, estruturam novas linhas de ação e, eventualmente, novas disciplinas científicas (BOURDIEU, 2000). É de se supor, nesse sentido, que o campo do patrimônio pode se dotar de uma formação específica, atravessada por diversas disciplinas e interesses, mas autonomizada a partir de quadros e conteúdos consagrados pelos novos agentes especializados¹⁴. Afinal de contas, o que está em jogo nesse novo campo é demasiado valioso para os agentes que o compõem: a duração, a comemoração e a crença no valor genealógico das identidades individual e coletivas que os patrimônios culturais contém e que, por essa razão, não podem deixar de ser protegidos.

CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo era duplo. Em primeiro lugar, procurei explicitar o caráter fundante para o campo do patrimônio daquilo que denominei “hipóstase temporal-memorial”. Por essa expressão, defini uma condição onde a memória é percebida como fonte ilimitada de dados genealógicos e o tempo histórico como operação de sincronização entre passado, presente e futuro. Em segundo lugar, quis apontar uma das consequências dessa hipóstase temporal-memorial no campo do patrimônio, a saber, que é dela que emana o consenso em torno dos agentes que discordam a respeito da autenticidade, materialidade, exemplaridade ou originalidade de referentes e bens culturais.

Eis porque é através de sua inscrição memorial ou material, através de documentos e monumentos, que os patrimônios culturais adquirem o seu peso de verdade; eis porque tal peso é frequentemente evocado nas lutas de definição por identidades locais. Nas sociedades ocidentais que celebram os patrimônios culturais, a duração de projetos coletivos implica não apenas em um certo conhecimento a respeito do passado, mas na transubstanciação de práticas e referentes culturais cuja função é conter o tempo no espaço, sincronizando experiências do passado a partir de experiências presentes e de projeções relativas às gerações futuras.

É, por fim, através desses atos transubstanciação que objetos e sistemas de objetos adquirem a aura de uma presença concreta do passado, que assegura não

¹⁴ Como exercício de futurismo, cito temas como restauração, museologia, arquivologia, produção e gestão cultural e economia da cultura como os que serão arrolados em conteúdos obrigatórios dessa provável formação específica. Por sinal, na última reunião de avaliação da área interdisciplinar da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ocorrida em fevereiro de 2013, já se estabeleceram redes dos cursos interdisciplinares relacionados à memória e patrimônio com vistas a uma eventual criação de área específica - como foi o caso, aliás, das Ciências Ambientais.

apenas a irreversibilidade do tempo, mas, sobretudo, “a tomada de consciência historial” que marca as sociedades ocidentais (CHOAY, 2001, p. 206). Ora, é no âmbito dessa “tomada de consciência historial” que a memória se afirma como substrato ontológico das consciências individual e coletiva. Com isso se quer dizer que não bastam ações arbitrárias de agentes eficientes para que os patrimônios culturais exerçam seu efeito de inteligibilidade ou seu peso de verdade. Nem, tampouco, a descoberta do caráter intrinsecamente histórico ou tradicional de um dado objeto, edificação ou prática social. Foi necessária uma verdadeira conformação das “diferentes formas dos homens representarem sua existência temporal [para que] o tempo se impusesse como uma dimensão essencial do pensamento, seja como experiência de duração, como instrumento de referência ou como consciência de mudança” (ECKERT, 2000, p.154).

Sob esse ponto de vista, o efeito de verdade do patrimônio é, antes de tudo, um efeito de reconhecimento - ou seja, de atribuição e legitimação de poder simbólico. Caucionados pela hipóstase temporal-memorial, os chamados “referentes culturais” ou “bens patrimoniais” atestam a antiguidade, a raridade e a exemplaridade daquele e daqueles que os possuem. O que está em jogo no campo do patrimônio é a aura dessas correspondências e ressonâncias. Enquanto isso, os mecanismos políticos, institucionais ou difusos, seguem produzindo e reproduzindo os quadros de vidas humanas. Alheios a uma posição crítica da tradição como fonte de compreensão de si mesmo e dos outros, tais mecanismos silenciam o tempo como uma intuição do instante: não como algo exterior, que determina um presenteísmo por seus efeitos passados e pretensões futuras, mas como uma compreensão estética da vida como esforço irrealizável de continuidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. **Patrimônio cultural**: disputas e tensões no contexto de uma nova ordem discursiva. In: LIMA FILHO, M.F.; ECKERT, C.; BELTRÃO, J. (Ed.). *Antropologia e patrimônio cultural*: diálogos e desafios contemporâneos. Tradução. Blumenau/SC: Nova Letra/ Associação Brasileira de Antropologia, 2007, pp. 263–285.

ADES, C. **Múltipla Memória**. *Psicologia USP*, 4, 1993, pp. 09–24.

BADDELEY, D. **Working memory**. *Science*, 255 (5044), 1992, pp. 556-559.

BARROS, J. D. **História e memória** – uma relação na confluência entre tempo e espaço. *Mouseion*, v. 3, n.5, jan-jul/2009, pp.35-67.

- BAUMAN, Z. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012.
- BLOCK, R. A.; ZAKAY, D. **Models of psychological time revisited**. *Time and mind*, v. 33, pp. 171–195, 1996.
- ARIÈS, P. **Por uma história da vida privada**. In: CHARTIER, R. (Ed.). *História da vida privada 3*. Da Renascença ao Século das Luzes. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Cia das Letras, 2009. pp. 7–19.
- BECK, U. **A sociedade do risco**. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BLOCK, R. A. **Cognitive Models of psychological time**. Hillsdale/NJ: Erlbaum, 1990.
- BOURDIEU, P. **Les trois états du capital culturel**. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 30, nov. 1979, p. 3-6.
- _____. **Les règles de l'art**. Paris: Seuil, 1993.
- _____. **Raisons pratiques**. Paris: Seuil, 1994.
- _____. **Méditations pascaliennes**. Paris: Seuil, 1997.
- _____. **Les structures sociales de l'économie**. Paris: Seuil, 2000.
- BURKE, P. **O conceito de anacronismo de Petrarca a Poussin**. In: BARRIOS, A. E.; MOTTA, A.; GOMES, H. *Inovação cultural, patrimônio e educação*. Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010, pp. 11–29.
- CARLAN, Claudio Umpierre. **Os Museus e o Patrimônio Histórico: uma relação complexa**. *Historia*, v. 27, n. 2, pp. 75–88, 2008.
- CERTEAU, M. **L'écriture de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1975.
- CHARTIER, R. **Le passé au présent**. *Le débat*, v. n. 122, pp. 4–11, 2002.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Tradução Teresa Castro. Lisboa: Edições 70, 2000.
- CHUVA, M. **Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado**. *Topoi*, v. 4, n. 7, 2003, pp. 313–333.
- CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
- DOSSE, François. **Entre histoire et mémoire: une histoire sociale de la mémoire**. *Raison présente*, v. 128, n. 4, 1998, pp. 5–24.

ECKERT, C. **Tempo e memória**: da duração contínua à dialética da duração. In: DEBERT, G. G.; GOLDSTEIN, D. (Eds.). **Políticas do corpo e curso de vida**. Campinas/SP: UNICAMP, 2000. pp. 153–166.

_____.; ROCHA, A. L. C. D. Premissas para o estudo da memória coletiva no mundo urbano sob a ótica de itinerários dos grupos urbanos e suas formas de sociabilidade. *Revista Margem*, pp. 243–259, 1998.

_____. **Cidade narrada, tempo vivido**: estudos de etnografias da duração. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/lerArtigo.rua?id=87&pagina=1>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. São Paulo: Zahar, 1998.

FABIAN, J. **Time and the Other**. New York: Columbia University Press, 2002.

FONSECA, M. C. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

_____. **Para além da pedra e cal**: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Eds.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56–76.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GINZBURG, C. **Olhos de madeira**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

GONÇALVES, J. R. D. S. **A retórica da perda**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

_____. **Ressonância, materialidade e subjetividade**: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, v. 11, n. 23, pp. 15–36, 2005.

_____. **Antropologia dos objetos**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007.

HARTOG, F. **Tempo e Patrimônio**. *Varia Historia*, v. 22, n. 36, 2006, pp. 261–273.

HOBBSBAWN, E. **Age of Revolution 1789-1848**. London: Weidenfeld & Nicolson, 1962.

IZQUIERDO, I. **Memória**. 2. Porto Alegre: ArtMed, 2011.

IZQUIERDO, I.; BEVILAQUA, L. R. M.; CAMMAROTA, M. **A arte de esquecer**. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 58, pp. 289–296, 2006.

LATOUR, B. « **Les “vues” de l’esprit** ». Une introduction à l’anthropologie des sciences et des techniques. In: LATOUR, BRUNO; AKRICH, MADELEINE; CALLON, MICHEL (Ed.). *Sociologie de la traduction*. Paris: Presses de l’Ecole des Mines, p. 27–63, 2006.

LE GOFF, J. **Histoire et mémoire**. Paris: Editions Gallimard, 1988.

MCGAUGH, J. L. **Memory**: a century of consolidation. *Science*, v. 287, n. 5451, p. 248–251, 2000.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do Patrimônio Cultural**: uma revisão de premissas. In: I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Ouro Preto/MG. Anais..., 2009. pp. 25–39.

NORA, P. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. *Projeto história*, v. 10, 1993, pp. 7–28.

PASSERON, J.-C. **O Raciocínio Sociológico**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

PITOMBO, M. **Entre o universal e o heterogêneo**: uma leitura do conceito de cultura na Unesco. In: NUSSBAUMER, G. M. (Ed.). *Teorias e políticas da cultura*. Salvador: EDUFBA, 2007. pp. 115–138.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **História, Memória e as disputas pela representação do passado recente**. *Patrimônio e Memória*, v. 9, n. 1, pp. 56–70, 2013.

POMIAN, Krzysztof. **De l’histoire, partie de la mémoire, à la mémoire, objet d’histoire**. *Revue de métaphysique et de morale*, n° 1, pp. 63–110, 1998.

PRADO, M. M. D. **A teoria de campo e o patrimônio cultural**. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio*, v. 4, n. 1, pp. 127–147, 2011.

REIS, M. **Cidadania e patrimônio**: notas de uma pesquisa sociológica. *Sociologia: problemas e práticas*, pp. 77–94, 1999.

RICOEUR, P. **Mémoire, histoire, oubli**. *Revue Esprit*, n. 323, 2006, pp. 3–15.

_____. **Temps et récit**. Paris: Seuil, 1983.

_____. **Le cercle de la démonstration (John Rawls)**. Disponível em:
<<http://www.esprit.presse.fr/archive/review/article.php?code=12767>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

_____. **La mémoire, l’histoire, l’oubli**. Paris: Seuil, 2000.

ROTMAN, M. B. **El campo patrimonial**: procesos de configuración y problematización de alteridades. *Revista Memória em Rede*, v. 1, n. 1, 2009, pp. 22–42.

SWANN, A. **Sous l'aile protectrice de l'État**. Paris: Presses Universitaires de France - PUF, 1995.

TAMASO, I. **Paradoxos da conservação patrimonial na cidade de Goiás**. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro/BA, 2008, s/p.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

THOMSON, Alistair. **Recompondo a memória**: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. *Projeto história*, n. 15, 1997, pp. 51–84.

TOMAZ, Carlos. **Psicobiologia da Memória**. *Psicologia USP*, v. 4, n. 1/2, 1993, pp. 49–59.

TOMAZ, C.; COSTA, J. (2001). **Neurociência e memória**. *Humanidades*, 48, pp. 146-160.

TULVING, E. **Multiple memory systems and consciousness**. *Human Neurobiology*, 6, 1987, pp. 67-80.

YATES, F.. A. **A arte da memória**. Tradução Flávia Bencher. Campinas/SP: UNICAMP, 2007.